

**GIOVANA CARINA DA SILVA**

**“ENTRANHADOS NO LATO VENTRE DO LATIFÚNDIO”:  
A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE EXPANSÃO DO  
AGRONEGÓCIO**

Belo Horizonte  
Outubro 2014

**GIOVANA CARINA DA SILVA**

**“ENTRANHADOS NO LATO VENTRE DO LATIFÚNDIO”:  
A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE EXPANSÃO DO  
AGRONEGÓCIO**

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Educação do Campo da  
Faculdade de Educação, Universidade  
Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MARIA ISABEL  
ANTUNES ROCHA

Belo Horizonte

Outubro 2014

*“Os sem-terra afinal  
estão assentados na pleniposse da terra:  
De sem-terra passaram a com-terra:  
desterrados de seu sopro de vida,  
ei-los enterrados  
aterrados, terrorizados,  
terra que à terra torna  
torna pleniposseiros  
Pelo avesso, afinal  
terra-tenentes de uma vala (bala) comum.  
entranhados no lato ventre do latifúndio  
que de improdutivo revelou-se assim ubérrimo”.*

***Haroldo de Campos***

## **AGRADECIMENTOS**

- ✓ Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que autorizou a minha participação neste curso;
- ✓ Aos colegas asseguradores do PRONERA que colaboraram dando força e trocando experiências;
- ✓ A Wanderleyde e João Abelardo que apoiaram no local de trabalho as minhas saídas necessárias;
- ✓ Aos professores da FAE/UFMG e a turma Antônio Mazzeto pelas experiências e conhecimentos trocados.
- ✓ À minha orientadora, professora Maria Isabel Antunes Rocha.

## **RESUMO**

**RESUMO:** A presente monografia tem como objetivo expor um breve histórico da conformação da educação do campo no Brasil situando-a dentro da conjuntura de retomada da luta pela reforma agrária e, por outro lado, de fortalecimento do agronegócio.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação do Campo; Agronegócios; Reforma Agrária.

## LISTA DE SIGLAS

**ATES** – Assessoria Técnica, Social e Ambiental  
**BIRD** – Banco Mundial  
**CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
**CNA** – Confederação Nacional da agricultura  
**CNE** – Conselho Nacional de Educação  
**CPT** – Comissão Pastoral da Terra  
**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
**DDE** – Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania  
**EJA** – Educação de Jovens e Adultos  
**ENERA** – Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária  
**FNRA** - Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo  
**FNVC** – Fórum Nacional contra a Violência no Campo  
**FONEC**- Fórum Nacional de Educação do Campo  
**FUNDEF** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
**GPT** - Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens  
**MDA** – Ministério de Desenvolvimento Agrário  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MEPF** – Ministério Extraordinário de Política Fundiária  
**MMC** – Movimentos das Mulheres Camponesas  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**ONGs** - Organizações não governamentais  
**PCNs** – Parâmetros Curriculares Nacionais  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
**PNE** – Plano Nacional de Educação  
**PNERA** – Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária  
**PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
**SIPRA** - Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária  
**SRs** – Superintendências Regionais  
**TCU** – Tribunal de Contas da União  
**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura  
**UNICEF** – Fundação das Nações Unidas para a Infância  
**UNDIME** – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Número de Ocupações de Terra, 1988-2013 .....	18
Gráfico 2: Assassinatos em Conflitos no Campo, 1985-2013.....	19
Gráfico 3: Total de Conflitos no Campo, 1985-2013.....	19

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Capa da revista Veja em 15 de agosto de 1990.....	17
Figura 2: Presidente Lula assina Decreto 7.352/2010 na presença do ministro da educação e de movimentos sociais. ....	31
Figura 3: Quadro comparativo de desapropriações por governo.....	38

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Estrutura Fundiária Brasileira, 1996.....	16
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 01</b> .....	<b>14</b>
ALGUNS CONCEITOS INICIAIS .....	14
A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL .....	15
A LUTA PARA GARANTIR O DIREITO .....	15
<b>CAPÍTULO 02</b> .....	<b>22</b>
A ESPERANÇA CHEGA .....	23
OS VELHOS (E NOVOS) EMBATES DA QUESTÃO AGRÁRIA .....	23
DE VILÕES À HERÓIS? .....	29
O DECRETO 7.352/2010 .....	31
<b>CAPÍTULO 03</b> .....	<b>33</b>
O PRONACAMPO .....	34
A REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO DILMA .....	37
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>40</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>41</b>
<b>ANEXO 01</b> .....	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

Sou neta de agricultores que chegaram ao Recife nos anos 60 arrastando vários filhos para alimentar o exército de reserva da capital pernambucana. Meu avô foi ficando triste até falecer. Minha avó em seus momentos finais... já caduca... subia na cama e fazia que dava comida aos bodes e cabras do seu antigo sítio, chamava pelas galinhas....., mas elas não mais chegavam juntas para se alimentar do resto do milho plantado. Cresci visitando os parentes que resistiram no interior... cada vez mais raros!

Apesar de nascida no espaço urbano, o campo sempre permeou meu imaginário e minha história familiar e, quando cheguei na universidade, fui pouco a pouco sendo levada para o estudo do tema. Nos anos 90, o MST tinha grande visibilidade e aparecia como uma força capaz de fazer a questão agrária ter a visibilidade retomada e promover avanços dentro do estado patrimonialista brasileiro. Participei de vários cursos sobre a questão agrária, dos encontros do sem-terrinha, e estando prestes a abandonar o curso por um tanto de crises (inclusive com a universidade que avaliava incapaz de dar as respostas que procurava) acabei me envolvendo com a organização de um Estágio de Vivência que me levou a ter um mergulho na realidade agrária do meu estado. Na volta fiz seleção para ser aluna supervisora do primeiro curso do PRONERA e pude entender um pouco das dificuldades da educação popular.

As várias experiências profissionais e de militância foram se acumulando e optei, de forma consciente, a procurar trabalhar, quando da conclusão do curso de história pela UFPE, com o campo brasileiro. Ingressei por concurso no INCRA, acreditando ser possível contribuir - por dentro – para a melhoria da vida de camponeses e camponesas. Mesmo já reivindicando a tradição marxista, entrei por acreditar que se o Estado não pode ser disputado, as pessoas sim. Na luta pela educação do campo, dentro e fora do PRONERA, obrigatoriamente é a luta pela superação do latifúndio e do capitalismo no campo.

Escolher como tema de pesquisa esse momento inicial da educação do campo tem como objetivo *analisar a construção da Educação do Campo dentro do contexto da ampliação concomitante do agronegócio.*

O campo, historicamente não teve acesso á educação formal e – recentemente – inúmeras escolas do campo foram fechadas, e nas que ficaram abertas, as condições de trabalho são as piores em um Estado onde a universalização ainda não foi atingida.

Em áreas de assentamento a situação fica ainda mais dramática, pois, “27% dos assentados(as) nunca frequentaram a escola e 39% completaram somente as séries iniciais do ensino fundamental, ou sejam, são analfabetos funcionais” (PNERA, 2004). Isso ocorre por falta de escola, péssimas condições físicas e de transporte do alunado nas escolas existentes e pelos professores das áreas rurais estarem associados a salários de até 50% menores que a média das áreas urbanas, sobrecarga e péssimas condições de trabalho, alta rotatividade, dificuldade de acesso e baixa formação.

Estudo realizado em 2007 pelo INEP/MEC intitulado “panorama da educação do campo” apresenta alguns dados alarmantes:

*“No ensino fundamental de 1 a 4 série, apenas 21,6% dos professores das escolas rurais possuem formação superior, enquanto nas escolas urbanas este número é de 56,4% dos docentes. O que é mais preocupante, no entanto, é a existência de 6.913 funções docentes sendo exercidas por professores que têm apenas o ensino fundamental e que, portanto, não dispõem de habilitação mínima para o desempenho de suas atividades. A maioria desses professores leigos atua nas regiões Nordeste e Norte<sup>1</sup>.” (PNERA, 2004,pág. 33)*

Diante deste quadro, um projeto vinculado a um modelo de desenvolvimento diferente do que está posto pode encontrar condições sociais e políticas para ser implementado? Neste cabo de aço entre a agricultura familiar, vinculada aos povos do campo, e o agronegócio, o vencedor está estampado em todas as LOAS - observando-se o que se investe nas monoculturas - e isso se torna ainda mais escandaloso quando observamos que é da agricultura familiar que vem 70 % da alimentação de nosso país.

Para realizar esta investigação, pretendemos observar vários aspectos da evolução da educação do campo, a saber: os marcos regulatórios da educação do campo (1998-2013); programas de educação do campo observados neste período; e estudos e reportagens que dão conta da conjuntura sócio-política do campo onde estes processos foram e estão sendo desenvolvidos.

Para obter êxito nessa empreitada, houve a preocupação de que “é necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem

---

<sup>1</sup> Grifos nossos.

*de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução (Marx, 1996a, p.140).* Procuramos, portanto, fazer uma análise dos dados, muitas vezes conflitantes e apresentamos algumas interpretações do processo dentro das limitações existentes.

A pesquisa também foi dificultada pelo envolvimento profissional, dada minha condição de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Essa relação leva a uma impossibilidade de não se sentir afetado e não afetar na ação real, mesmo que apenas na minha, Pois:

*“(...) Quando estamos envolvidos com nossos nativos (daí o abuso do pronome “nosso”), seja por proximidade geográfica, afetiva, política ou simbólica, costuma acontecer o contrário: queremos, em um determinado momento, abandonar o campo, mas, eis que nem sempre este campo - feito de pessoas de carne, osso, idiossincrasias, hormônios, expectativas - não nos abandona” (BONETTI, 2007)*

Em primeiro lugar, realizamos a investigação bibliográfica sobre o processo de construção social e teórica da educação do campo. No segundo momento realizamos o recolhimento e análise dos documentos legais e institucionais que tratam da educação do campo (ver lista em anexo). O terceiro momento trata da elaboração e redação da monografia em si, a partir do cruzamento dos dois momentos anteriores. Apesar de iniciarmos um processo de entrevistas de sujeitos que contribuiriam com esta história, optou-se pelo foco nos documentos escritos, pois não haveria tempo hábil para o tratamento necessário a estes documentos, que utilizaremos em outras pesquisas já iniciadas.

A monografia apresenta três capítulos que procuram criar uma linha do tempo para ajudar a entender, como ao longo destes quase vinte anos de caminhada de educação do campo foi sendo gestado este fenômeno e como foram sendo os seus desdobramentos nas diferentes conjunturas que se sucederam. *No primeiro procuro tratar de alguns conceitos iniciais e das origens e tratar do primeiro momento da educação do campo no Brasil, este país tão marcado pela relação com o latifúndio desde os tempos primórdios, tentando estabelecer relações entre ele e o tipo de educação existente no Brasil até aquele momento; o segundo analisa a institucionalização da educação do campo que passa pela criação dos marcos regulatório*

e estruturas dentro do governo que tratam sobre o tema em uma conjuntura de um governo de frente dirigida por um partido vinculado com os setores populares e, simultaneamente, de fortalecimento econômico do agronegócio. E no terceiro e último capítulo analisamos os últimos anos onde parece que o agronegócio cresce em importância e torna a educação do campo, mesmo que mais fortalecida do ponto de vista formal (legislação e crescimento dos programas governamentais), mais distante dos princípios e valores que foram conformados em sua origem. As limitações existentes levam ainda a uma visão preliminar, mas necessária, para definição dos pontos que poderão ser aprofundados em estudos futuros para o entendimento do processo de constituição da Educação do Campo no Brasil.

*Capítulo 01*

**Estado, Educação do Campo e Movimentos  
Sociais (1997-2002)**

## Capítulo 01

---

### Estado, Educação do Campo e Movimento Sociais no Brasil

(1997-2002)

*(...) desterrados de seu sopro de vida,  
ei-los enterrados  
aterrados, terrorizados(...)*

#### Alguns conceitos iniciais

A educação *no*<sup>2</sup> campo vem sendo, nos últimos anos, campo de disputa, mas não nas mesmas condições como leva a crer a concepção capitalista. Apesar da diversidade de relações sociais e econômicas postas, acreditamos que há uma hierarquia na produção da realidade social onde o trabalho é determinante para a produção desta realidade, da vida material. Como lembra Frigotto (2010, pág 33) quando analisa a escola marxista:

*“O trabalho, nesta perspectiva, não se reduz a “fator”, mas é, por excelência, a forma mediante a que o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano. Trata-se de uma categoria ontológica e econômica fundamental”*

Esta subordinação aos interesses do capital leva historicamente a uma educação alienada e fragmentada mesmo que confrontada permanentemente pelos interesses antagônicos da classe trabalhadora, tendo em vista que a educação está inserida na luta de classe, e é também modificada pela ação transformadora do homem. Como observa Gadotti:

*“O homem faz a história intervindo em dois níveis: sobre a natureza e sobre a sociedade. O homem intervém na natureza, descobrindo e utilizando suas leis, para dominá-las e colocá-la a seu serviço, desejando viver bem com ela (...) da mesma forma ele intervém sobre*

---

<sup>2</sup> Aqui entendida como a educação que acontece no espaço geográfico rural e, portando, não necessariamente *do* campo.

*a sociedade de homens, na direção de um horizonte mais humano. Neste processo ele humaniza a natureza e humaniza a vida dos homens”*

A educação no Brasil não escapa deste processo e, mesmo com a crescente universalização da educação reflete o Estado patrimonialista, a subordinação aos interesses do capital e é utilizada para reforçar a ideologia de conciliação de classe e de harmonia nacional.

### **A Educação do Campo no Brasil**

O campo brasileiro, historicamente, é território de subordinação. Apesar da situação do grande número de pessoas moradoras do espaço rural e das características agrárias do nosso país, nenhum esforço foi realizado no sentido de estruturar a educação formal no campo brasileiro. Permanece a caracterização dos piores indicadores educacionais, do alto número de analfabetos, da educação formal praticamente não existente e das péssimas condições de trabalho e, mais recentemente, do fechamento das escolas.

A primeira referência a educação rural só é registrada em 1923, nos anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro (CAMACHO, 2014), mas sob a ótica da patronal, portanto de uma “*educação domesticadora que tinha o objetivo de realizar um controle sociopolítico sobre as classes subalternas*” (FERNANDES apud CAMACHO, 2014) e só em 1934 o tema da educação rural aparece em uma constituição. Passados três anos com a implantação do Estado novo, na constituição de 1937, o debate sobre a necessidade de profissionalização traz a tona o debate sobre o ensino agrícola.

### **A luta para garantir o direito**

Os anos 90 do século passado experimentaram uma retomada importante do debate sobre a questão agrária no Brasil e os movimentos sociais atingiram grande

audiência no que diz respeito a dar visibilidade não só à grande concentração de renda, como também à negação dos direitos básicos por parte do Estado brasileiro.

A adesão de setores importantes da sociedade tanto de setores miseráveis do campo que aderem aos movimentos do campo, como também da adesão política ao debate por parte das classes médias que enxergam na reforma agrária a saída para vários problemas na cidade (violência, êxodo rural, etc). As universidades passam a debater o tema que tinha caído no esquecimento, vencido pelas teses do fim do rural e da superação da necessidade da reforma agrária; programas de televisão e rádio (destaque para a novela “o rei do Gado” que traz para a TV os embates vividos no campo neste período); revistas lançam números com o tema de capa; escritores, músicos e fotógrafos dedicam-se ao tema e muitos doam a renda aos movimentos do campo. Essa efervescência deve-se ao grande número de ocupações em latifúndios improdutivos e terras públicas e das decorrentes situações de violência que seguem a estas ocupações. O tema toma assento central nas mesas e sofás em especial em um momento que os movimentos urbanos, notadamente o sindical, parecem entrar em uma crise sem precedente. O campo e a justiça das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra passa a dominar o cenário urbano.

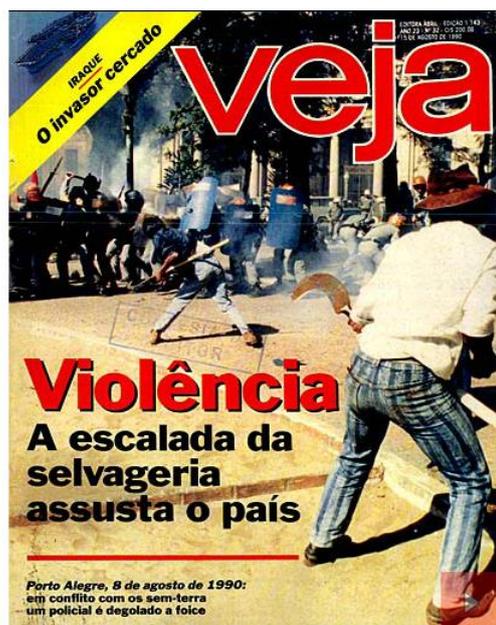
O quadro abaixo que apresenta a distribuição fundiária do Brasil mostra sinais de que o campo precisa ser debatido e todos os sujeitos sociais disputam as conclusões sobre quais as saídas para a crise instalada.

**Tabela 1: Estrutura Fundiária Brasileira, 1996.**

<b>Área da propriedade (em hectares)</b>	<b>Estabelecimentos imóveis</b>	<b>%</b>	<b>Área total (em hectares)</b>	<b>%</b>
<b>Menos de 10</b>	947.408	31,6	4.615.909	1,4
<b>Entre 10 e 100</b>	1.681.411	54,1	54.667.740	15,8
<b>Entre 100 e 1000</b>	393.615	12,8	106.323.690	30,7
<b>Mais de 1000</b>	43.956	1,5	165.756.662	52,1

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro. Sistema Nacional de Cadastro Rural/Estrutura Fundiária Brasileira, 1996.

O debate sobre a concentração fundiária, evidentemente, não ocorreu sem disputa ideológica. A grande mídia, vinculada aos grandes grupos econômicos nacionais também entram na disputa e um grande número de matérias que criticavam e criminalizavam os movimentos do campo também passam a serem exibidos tentando descaracterizar os ocupantes como sujeitos de direito.



**Figura 1: Capa da revista Veja em 15 de agosto de 1990.**

Neste período foi observado um grande maior número de ocupações e uma visibilidade aos casos de violência no campo<sup>3</sup>. A resposta do Governo Fernando Henrique para o aumento destes conflitos não foi a reforma agrária, mas sim um aumento significativo da repressão policial.

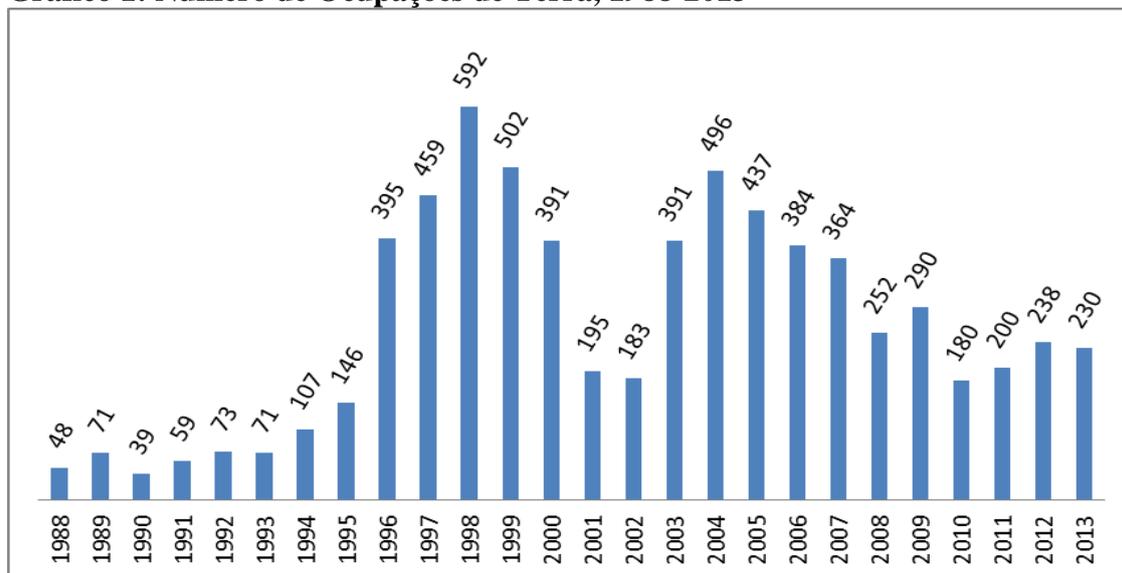
*“Este governo entrou para a História, marcado por um tipo de violência que não havia acontecido de forma explícita no Brasil: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra, foram as forças policiais dos Estados. O massacre de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são os exemplos ocorridos no governo FHC (...) O ano de 1998 registra mais de mil conflitos espalhados por todo o país apresenta também, o crescimento dos conflitos nas regiões de ocupação tradicional: Nordeste e Centro-Sudeste. Alguns estados vão aparecer como concentradores destes conflitos como é o caso do Paraná na região Sul; Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul no Centro-Sudeste; Pernambuco no Nordeste; e Pará e Mato Grosso na Amazônia” (OLIVEIRA, 2007)*

---

<sup>3</sup> O **Massacre de Corumbiara**, ocorrido no município de mesmo nome em Rondônia, foi o de maior repercussão. Nele policiais entraram em confronto com camponeses sem-terra que estavam ocupando uma área, resultando na morte de 10 pessoas, entre elas uma criança de nove anos e dois policiais. O número oficial de mortos no massacre é de 16 pessoas e há sete desaparecidos.

Toda a violência do campo leva a um aprofundamento do debate sobre a reforma agrária como também a ampliação dos espaços para pensar políticas públicas para o campo, notadamente para a educação do campo. Também leva a, comparativamente com os governos anteriores, uma ampliação do número de assentamentos para um total de 373.210 famílias assentadas em 3.505 assentamentos rurais, segundo dados do INCRA. Mesmo lembrando que entre “(...) *estes assentamentos inclui-se as regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de reforma agrária propriamente ditos*” (OLIVEIRA, 2007) é um resultado importante, fruto da mobilização social. Os dados apresentados nas tabelas abaixo falam por si no tocante a situação da questão agrária nas últimas duas décadas.

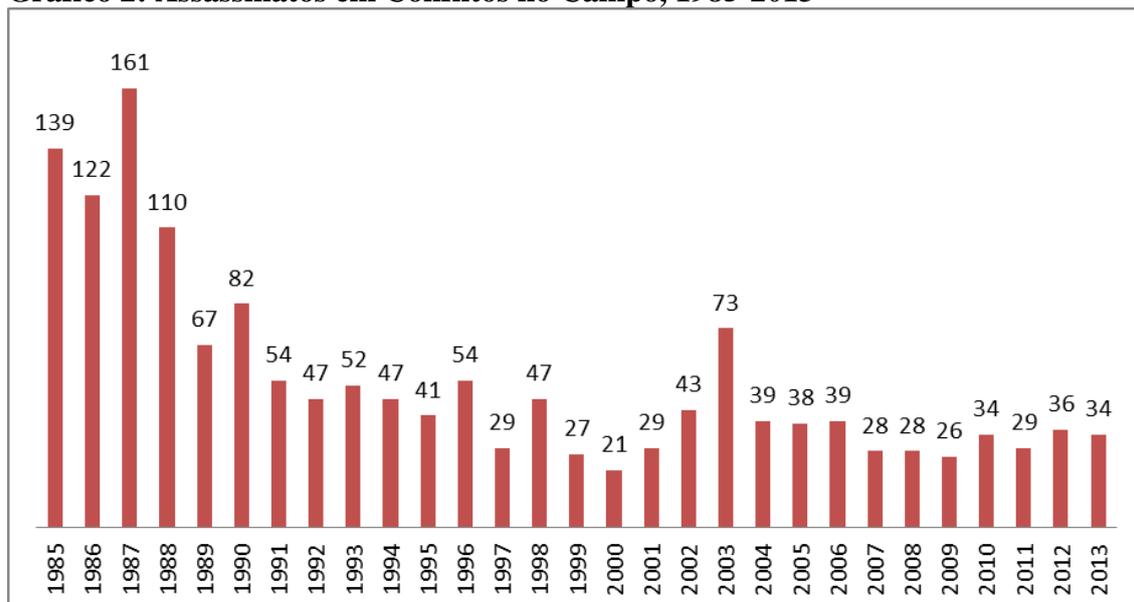
**Gráfico 1: Número de Ocupações de Terra, 1988-2013 <sup>4</sup>**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nas publicações “Conflitos no Campo 2003”, da CPT, dos anos de 2003 (pág. 111) e 2013 (pág. 15), disponíveis em <http://www.cptnacional.org.br>.

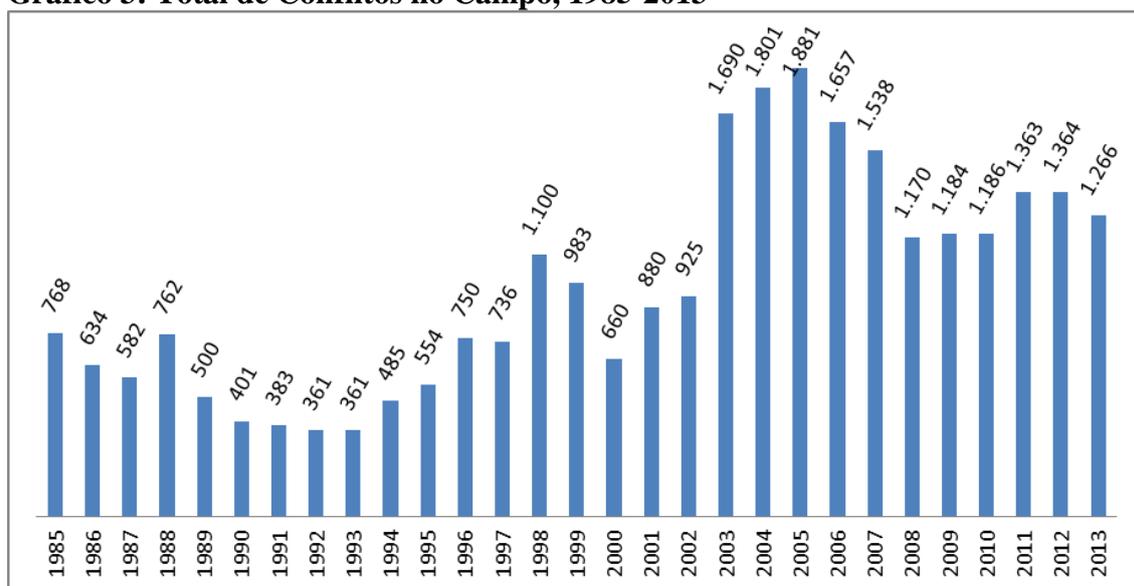
<sup>4</sup> Nos dados originais, consta como “ocupações” entre 1988 e 2003, e como “ocupações e retomadas” entre 2004 e 2013.

**Gráfico 2: Assassinatos em Conflitos no Campo, 1985-2013**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nas publicações “Conflitos no Campo 2003”, da CPT, dos anos de 2003 (pág. 15) e 2013 (pág. 15), disponíveis em <http://www.cptnacional.org.br>.

**Gráfico 3: Total de Conflitos no Campo, 1985-2013**



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nas publicações “Conflitos no Campo 2003”, da CPT, dos anos de 2003 (pág. 13) e 2013 (pág. 15), disponíveis em <http://www.cptnacional.org.br>.

No bojo destas lutas, e dos debates surgidos, há uma identificação por dentro dos movimentos, em particular do MST, da necessidade de um fortalecimento da educação, pois havia uma dificuldade de mobilizar sujeitos que não dominavam a escrita ou possuíam baixa escolaridade. Vários acampamentos organizam escolas itinerantes e os assentamentos criados buscam desenvolver uma educação diferenciada nas escolas existentes buscando a construção de uma educação contextualizada e pautada por

princípios diferentes da educação posta nas redes oficiais de ensino e que valorizavam uma educação emancipadora e vinculada às lutas dos diversos povos do campo. Também são construídos espaços para buscar construir uma proposta de educação que atenda os interesses desses sujeitos.

A expressão que nomeia o fenômeno, chamado Educação do Campo, nasce dentro do processo de construção da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Este encontro foi fruto do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), ocorrido no ano anterior sob a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que contou com a participação de educadoras e educadores e diversas entidades que desafiaram o movimento a pensar uma proposta para a educação no meio rural brasileiro (CALDART, 1998; CALDART, 2012;)

Dentro deste processo foi gestado, por exemplo, o Programa Nacional de Educação na Reforma agrária (PRONERA), instituído pelo governo federal em 16 de abril de 1998, pensado inicialmente para atender as demandas pela educação básica no campo brasileiro que mais tarde passa também a atender outros níveis de ensino.

Neste processo de construção do programa foi se desenhando os argumentos para nomear este processo não como educação rural, mas como educação do campo entendendo que este novo modelo de educação precisaria trazer uma reflexão *“sobre o sentido do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho”*.

Importante que se diga que a aqui intitulada educação do campo não diz respeito apenas ao local, perímetro não urbano, onde ocorre o processo formativo, mas um espaço de vida. Para efeito desta monografia consideramos que a educação do campo:

*“(...) nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivos e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos no campo e entre suas lógicas de agricultura que implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012)”*

Diante deste quadro um projeto vinculado a um modelo de desenvolvimento diferente do que está posto encontra muitas dificuldades em sua implantação. Nesta disputa, os camponeses e o agronegócio, que crescia em importância dentro da nossa economia, disputam, dentro das condições históricas dadas, a existência e a forma de existir da do campo e da educação *no* campo brasileiro.

## **Capítulo 02**

# **Questão Agrária, Educação do Campo e o Governo Lula(2003-2010)**

---

## **Questão Agrária, Educação do Campo e o Governo Lula (2003-2010)**

### **A esperança chega**

Com a vitória da coalizão de partidos, sob a direção do PT – Partido dos Trabalhadores, e o início do Governo Lula, houve uma grande expectativa dos movimentos em geral, e da educação do campo em particular, pois, a reforma agrária era um tema profundamente relacionado com a história de vários partidos da base de apoio e, particularmente do PT. Mas as alianças com setores econômicos e políticos vinculados ao agronegócio já despertam preocupações e questionamentos.

O Programa Agrário de Campanha de 2002 já era bem diferente do programa de 1989. Se naquele “*A reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, (...), romper o monopólio da terra e lançar as bases de um padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira.*” (Programa Agrário do PT, 1989, apud STÉDILE, 2005, p.181) neste o PT passa a considerar a reforma agrária como “*(...) uma política para o desenvolvimento rural, baseada em desapropriação de terras improdutivas; conciliada a produção de alimentos para combate a pobreza e a recuperação dos assentamentos, com infraestrutura social, econômica, assistência técnica e créditos agrícolas.*” (Programa Agrário da Campanha Presidencial do PT, 2002, apud STÉDILE, 2005). O governo Lula chega ao poder como expressão de mais de vinte anos de acúmulo de forças sociais desde a abertura política e impulsionado pela militância de inúmeros movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a CONTAG, entre outros, ansiosos por influenciar a ação do novo governo e cheios de esperança por mudança no Brasil.

### **Os velhos (e novos) embates da Questão agrária**

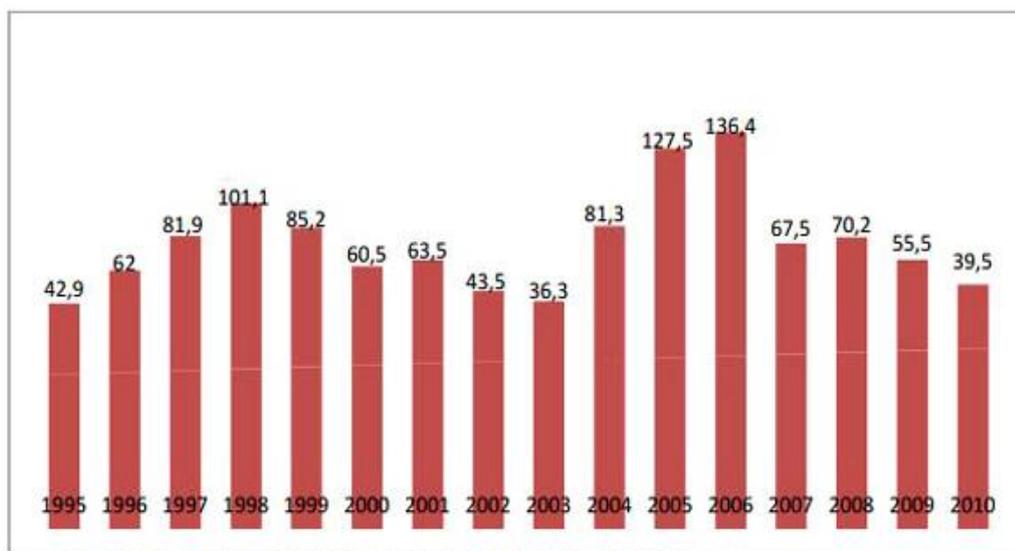
A difícil situação econômica, a opção pela manutenção dos acordos com o Fundo Monetário Internacional – FMI e pelo viés conservador da política econômica, inclusive com a valorização do agronegócio, conduziram a um aprofundamento da

dependência do país em relação ao capital especulativo internacional e, apesar dos avanços no que diz respeito a alguns programas sociais, as mudanças mais estruturais como a reforma agrária foram abandonadas.

No início do governo Lula a concentração de terras era absurda. Cerca de 600 dos 850 milhões de hectares de superfície do território brasileiro foram registrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, dos quais 250 milhões de hectares estão classificados como terras devolutas e 285 milhões como latifúndios. A disponibilidade de terras produtivas é tão surpreendente quanto a injustiça na sua distribuição: 2,8% dos imóveis rurais dispõem de 56,7% da área registrada, enquanto 62,2% dos agricultores cultivam apenas 7,9% deste total. Cerca de 80 milhões de hectares estão ociosos e 27.556 latifundiários são os que se beneficiam desta situação, fazendo da propriedade da terra uma reserva de valor da sua riqueza.

Essa situação cresce em complexidade pelo fortalecimento de um modelo de latifúndio diferenciado, mais moderno e intrinsecamente vinculado com o setor da produção<sup>5</sup>: o agronegócio.

**Gráfico 1. Evolução do número de famílias assentadas - Brasil 1995-2010 (em 1.000 famílias)**



Fonte: Estatísticas do meio rural 2010-2011. São Paulo: DIEESE, NEAD, MDA, 2011.

<sup>5</sup> “O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de agrobusiness, cunhada pelos professores John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e marketing (Davis e Goldberg, 1957). O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. Para os introdutores do termo, tratava-se de criar uma proposta sistêmica que superasse os limites da abordagem setorial” (LEITE e MEDEIROS, 2012).

Toda a intensa atividade no campo brasileiro e um desejo de- por dentro do Estado- avançar nas políticas públicas de educação leva a uma luta dos movimentos sociais de ampliar os marcos regulatórios e as políticas públicas, mesmo que transitórias. Toda essa efervescência política levou a que o Conselho Nacional de Educação aprovasse, em 03 de abril de 2002, a resolução nº 02/2002, as *Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do Campo*. O processo de construção das diretrizes foi bastante rico e diversos sujeitos (Sem Terra, quilombolas, pequenos agricultores, pescadores artesanais, caiçaras, ribeirinhos, etc), em diversas audiências públicas, elaboraram uma série de recomendações e princípios fundamentais para a educação contextualizada dos sujeitos do campo. Uma das coisas mais importantes da resolução é a conquista de uma definição institucional para a educação do campo:

*“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”*

Apesar de ser uma diretriz e não uma lei, portanto, não tendo a força para garantir o direito, a publicação de tal marco garantiu que fosse institucionalizada a demarcação da educação do campo e sua diferenciação da educação rural até então existente:

*“Uma conquista conceitual no território da institucionalidade. A educação do campo como conceito é admitido na referida Resolução, conceito esse que se firma na contraposição à educação rural como fruto de intenso debate internamente à Câmara da Educação Básica, nas audiências públicas realizadas quando da sua elaboração, mas inegavelmente, um debate que não aconteceria não fosse a presença (inérita) dos camponeses debatendo naquele espaço.” (SANTOS, 2012)*

As diretrizes estabelecem, portanto, a particularidade dessa forma de educação, identificando seus sujeitos construtores e demandantes:

*“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país” (CNB, 2002)*

Para Santos (2012), é com o Seminário Nacional por uma Educação do Campo, de 2002, que podemos estabelecer um *“marco de ampliação da participação dos movimentos sociais do campo, incluindo outras organizações para além do MST e da CONTAG”*.

O encontro já está dentro de uma realidade que debate a insuficiência da educação básica e como o PRONERA já andava dentro de uma perspectiva de ampliar o programa para a educação em todos os seus níveis, pois, como defende MOLINA (2003):

*“No período de organização deste seminário, nas reuniões da Articulação Nacional, chegamos a conclusão que o nosso trabalho e as atividades propostas não deveriam mais ser chamadas de “educação básica do Campo”, porque nestes cinco anos o trabalho já havia sido ampliado para a conquista de cursos superiores e de pós-graduação”*.

Também é importante lembrar que, nesse processo de construção do seminário de 2002, novos movimentos foram incorporados na luta como, por exemplo, Movimento dos Pequenos Agricultores –MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais –MMTR e a Pastoral da Juventude Rural – PJR.

O seminário de 2002 produz o documento final denominado *“educação do campo- declaração 2002”* que é entregue ao enviado do presidente eleito Luiz Inácio da Silva, o Lula, eleito algumas semanas antes. Neste documento *“entre outras propostas*

*de ação em relação ao tema, reivindica a criação, por parte do MEC, de uma instância específica para tratar de educação do campo” (Santos, 2012,p. 52).*

Em março de 2003 é criado O Grupo Permanente de Trabalho de Educação do campo- GPT<sup>6</sup>, subordinado a Diretoria de Ensino Médio, vinculada à Secretária de Educação Básica, limitando ainda mais portantoo espaço da educação do campo aos limites da educação Básica, mesmo quando o PRONERA já implementava cursos de nível superior e de pós-graduação e o documento do seminário de 2002 já apontava a necessidade de ultrapassar os limites da educação básica. Os movimentos, mesmo com estes limites, participam na tentativa de universalizar o acesso à educação que não pode ser garantida apenas com programas educacionais.

São frutos do GPT um seminário, realizado em 2003 com a participação da UNDIME, a Consed, Universidades e outras representações do Governo, e o *Caderno de Referências para uma Política Pública de Educação do Campo*.

No MDA/INCRA também verificamos uma evolução no orçamento destinado ao PRONERA, no número de educandos e de universidades envolvidas. Além dos cursos de Pedagogia da Terra<sup>7</sup>, há vários outros que aportam novas possibilidades de troca de saberes: Pedagogia das Águas, História, Geografia, Letras, Artes, Agronomia, Medicina Veterinária, Gestão de Empresas sociais, Direito, etc. Ampliam-se também os cursos técnicos e pós-técnicos.

Todo o movimento tinha o proposito de superar a visão de que ao campo bastariam apenas os anos iniciais da escolarização, e de aproveitar o governo de Lula para avançar nas políticas de educação do campo que não estivessem atreladas ao agronegócio. Até aquele momento a lógica é da nucleação das escolas e dos deslocamentos das crianças e adolescentes para escolas distantes geográfica e socialmente do seu local de origem e, na maioria das vezes, nos centros urbanos.

*“Com muita lucidez os movimentos sociais do campo desconfiam que seus direitos à educação, à cultura, aos valores, às formas de sociabilidade sejam deixados por conta dessas políticas “modernizadoras”, inspiradas no negócio, no lucro privado e na*

---

<sup>6</sup> Portaria MEC nº 1.374/03

<sup>7</sup> Este nome é dado como forma de expressar a preocupação destes cursos com uma pedagogia diferenciada, ancorada nos princípios da educação do campo e em sintonia com a realidade política, social e cultural dos assentamentos onde esses futuros professores desenvolveriam suas atividades.

*destruição da agricultura camponesa. Defendendo que a educação seja colocada no plano do público, estão a exigir que o campo como um todo seja equacionado para além dos interesses privados. Priorizar estes interesses será a negação de um trato público do direito á educação dos povos que vivem e trabalham no campo. (...) Uma terra sem gente dispensa qualquer política educativa. Sua lógica é inerentemente destrutiva até da frágil escolinha rural” (ARROYO, 2004)*

Por pressão dos movimentos sociais que lutam pela institucionalização da educação do campo, em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD<sup>8</sup>, no Ministério da Educação. Nessa secretaria foi criada a Coordenação Geral da Educação do Campo. Este fato significou a inclusão na estrutura federal de uma instância responsável, especificamente, pelo atendimento das demandas do campo, a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades e identidade própria da educação do campo.

Em 2004 também é convocada a *Articulação Nacional Por uma Educação do Campo* e inicia-se a organização da *II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo* – II CNEC, que tem como objetivo debater um sistema Público de Educação do Campo. Desta conferência tomam parte o MST, o MPA, o MAB, a FETRAF, a CPT, a PJR-Cáritas, UNEFAB, MOC, RESAB, SERTA, CNBB, etc. Outras atividades preparatórias foram também realizadas, como o seminário *Uma política pública para a Educação do Campo*, com a presença do PRONERA/INCRA/MDA, SECAD/MEC e da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, além de professores, pesquisadores, estudiosos do tema, parlamentares e secretários estaduais e municipais.

A II CNEC realizou-se em agosto e teve a participação de mais de mil pessoas de movimentos sociais, ONGs, instituições públicas e dos Centros de familiares de Formação por alternância e como eixo o debate sobre uma política pública do campo. Sua declaração pública exigia sistema público de educação do campo, formação específica e afirmou que:

*“o direito à educação pública somente será garantido se articulado ao direito à terra, a permanência no campo, ao trabalho, às diferentes*

---

<sup>8</sup> Depois SECADI

*formas de produção e reprodução social da vida, à cultura, aos valores, às identidades e às diversidades. Defendemos que este direito seja assumido como dever do estado” (BRASIL, 2004, p.24 apud SANTOS, 2012)*

Vários projetos foram pensados através de programas, projetos e ações de atendimento escolar idealizado pela SECAD mas, apesar de provocar mudanças importantes, a SECAD ainda não rompe a lógica de programas para a educação do campo. Ainda não há financiamento compatível com as demandas do campo, profissionais formados e materiais didáticos que possam dar conta das demandas. Há profundos debates nos encontros acadêmicos e dos espaços dos movimentos que impulsionam o debate sobre a necessidade de, partindo das experiências já existentes, avançar na construção de uma política de educação do campo. Caldart (2004) lembra que:

*“Não se trata de “inventar” um ideário para a Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta. O grande desafio é abstrair das experiências e dos debates, um conjunto de ideias que possam orientar o pensar sobre a prática de educação da classe trabalhadora do campo; e, sobretudo, que possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação.” CALDART (2004, p. 16)*

### **De vilões à heróis?**

Apesar dos debates e de alguns avanços pontuais, os retrocessos existentes tanto na reforma agrária como na educação do campo são evidentes gerando desconforto entre os movimentos sociais do campo que apoiam e compõe o governo.

Como se já não fosse grave suficiente este estado de coisas, em 2007 o presidente Lula faz declaração que causou bastante polêmica nos movimentos sociais do campo. Nele aponta o agronegócio como saída para a crise econômica que se avizinha e chama os usineiros de heróis. Nas suas palavras:

*"Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e*

*mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento"*

As regiões onde há produção de cana têm alguns dos piores indicadores sociais e econômicos do mundo e também várias violações de direitos. Trabalho escravo, trabalho infantil, não cumprimento dos direitos trabalhistas e, em muitos casos, tortura e assassinatos de trabalhadores rurais. Em 2007, o IBAMA multou, só para citar um exemplo, todas as usinas instaladas em Pernambuco por violações à legislação ambiental: falta de licenciamento, plantio em áreas de preservação permanente, supressão de reserva legal, utilização de queimadas não autorizadas e lançamento de resíduos da industrialização da cana nos rios. O setor é extremamente vulnerável às mudanças do mercado externo e dependente de dinheiro público para sobreviver e quando esses recursos cessam interrompem seu funcionamento. Entre os anos 90, quando cessou o Proálcool, e o ano de 2006, o número de usinas diminuiu em 50%, só em Pernambuco<sup>9</sup>, e mais de 40 mil famílias camponesas da região foram diretamente atingidas.

As famílias que persistiram na ocupação das terras das usinas falidas, por não terem para onde ir e por não terem seus direitos trabalhistas assegurados, foram violentamente expulsas, pois, com a euforia retomada pela valorização do etanol o governo federal aportou muitos recursos que permitiram a retomada do setor em todo o país. Em que pese as graves denúncias de trabalho escravo que seguem sendo feitas e confirmadas, as usinas conseguem nova fase de fortalecimento dentro da valorização global do agronegócio. O empresário Luiz Guilherme Zancaner, dono do grupo Unialco, com três usinas de álcool e açúcar em Araçatuba chegou a afirmar ao jornal VALOR de 05 de abril de 2010 que “*Nunca houve antes política tão boa para nós. O presidente Lula não perde nenhuma oportunidade de ser gentil*”. A então ministra Dilma Rousseff foi, na ocasião, uma das entusiastas da liberação de recursos pelo BNDES para expansão do setor.

---

<sup>9</sup> De acordo com a CPI da Sonegação Fiscal, realizada entre 1995 e 1998 na Assembléia Legislativa de Pernambuco, a falência do banco do estado, o Bandepe, foi causada também pelo não pagamento dos empréstimos feitos pelo banco às usinas.

## O Decreto 7.352/2010

O Decreto 7.352 de 04 de novembro de 2010 chega após uma luta incessante dos movimentos sociais para transformar os programas de governo em políticas de Estado e em um contexto que a principal política de educação do campo, o PRONERA está em profunda crise. Há temor, por um lado, que outras forças políticas assumam e impossibilitem a continuidade dos programas de matriz mais crítica e, por outro lado, da proximidade crescente do governo em curso com o campo do agronegócio, tendo em vista a opção econômica mais voltada para o estímulo a produção para a exportação de commodities, principalmente dos produtos vinculados com o agronegócio (cana-de-açúcar, soja, laranja, etc). Acreditam ainda assim que, independente do governo que assuma, há possibilidades de exigências. O decreto a culminância de um processo de lutas em meio a profundas crises internas dos movimentos e instituiu uma política de Educação do Campo e, mais especificamente, deu outro status para o programa afinado com os princípios, o PRONERA. O decreto foi assinado pelo governo Lula e também regulamentava os programas e políticas vinculadas ao MEC



**Figura 2: Presidente Lula assina Decreto 7.352/2010 na presença do ministro da educação e de movimentos sociais.**

De acordo com o Decreto, entende-se por escola do campo “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda

*predominantemente a populações do campo*”. Apesar de insuficiente, pois ainda prevê a escolarização em espaços fora do campo, é um passo importante, pois prevê a garantia de condições de infraestrutura, transporte escolar, materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto “*adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo*”. Importante também por trazer a definição da população do campo:

*“os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”*

## **Capítulo 03**

### **“O agronegócio venceu”?**

**tensões entre dois projetos (2011-2014)**

## Capítulo 03

---

### “O agronegócio venceu”? - tensões entre dois projetos (2011-2014)

*“entranhados no lato ventre do latifúndio  
que de improdutivo revelou-se assim ubérrimo”*

#### O PRONACAMPO

Em 2012 o governo Dilma lança o Programa Nacional de Educação do campo, o PRONACAMPO, que teria como objetivo:

*“Apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino”* (site do MEC)

O programa previa uma série de ações em três eixos básicos<sup>10</sup>: **I Eixo: Gestão e Práticas Pedagógicas** a) Livros didáticos específicos para os anos iniciais do ensino fundamental, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo; b)Obras de referência com especificidades do campo e das comunidades quilombolas no âmbito do Programa Nacional de Biblioteca da Escola – PNBE Temático para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio; c) Educação integral com atividades estruturantes e complementares a formação do estudante; c)Apoio às escolas quilombolas e as escolas do campo com turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades (Escola da Terra); d) Inclusão das Escolas dos Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS no FUNDEB, a partir de convênios com as redes públicas de ensino, amparados pela Lei nº 12.695/2012. **II**

---

<sup>10</sup> Dados obtidos no site do MEC e listados para conhecimento da abrangência do programa.

**Eixo: Formação Inicial e Continuada de Professores** a) Oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo (Procampo); b) Expansão de polos da Universidade Aberta do Brasil; c) Cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização (PDE interativo); d) Financiamento específico nas áreas de conhecimento voltadas a educação do campo e quilombola (Observatório da Educação e do Programa de Extensão Universitária – PROEXT). **III Eixo: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional** a) Expansão da oferta de cursos voltados ao desenvolvimento do campo na Rede Federal e Redes Estaduais de Formadores e por meio de cursos de qualificação do e-tec, inclusive prevendo a existência de bolsas para estudantes e trabalhadores rurais (PRONATEC); b) EJA específico (saberes da terra). **IV Eixo: Infraestrutura Física e Tecnológica** a) Disponibilização de projetos arquitetônicos de escolas específicos b) disponibilização de laboratórios de informática, laptops educacionais, conteúdos pedagógicos, roteadores wireless para conexão e lousas digitais; c) recursos financeiros suficientes para manutenção e para abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário (PDDE – Campo e PDDE - Água); d) Articulação para o fornecimento de energia elétrica às escolas (Luz para Todos) e disponibilização de ônibus rural escolar, lancha escolar, bicicleta e capacetes (transporte escolar).

Apesar de todos os pontos elencados o de maior destaque foi, certamente, o PRONATEC campo que foi questionado pelos movimentos sociais organizados por trazer em seu bojo uma concepção aligeirada e tecnicista de educação. Preocupados com os retrocessos em curso e possíveis dentro da conjuntura posta vários sujeitos iniciam a organização de um *Seminário Nacional de Educação do Campo*, realizado em Brasília entre os dias 15 a 17 deste mesmo ano. Deste encontro seu documento que analisa a conjuntura nacional e o programa que é entendido nos seguintes termos<sup>11</sup>:

*“O formato de programa, a lógica de sua formulação, suas ausências e ênfases nos permitem situar o Pronacampo muito mais próximo a uma política de “educação rural”, no que esse nome encarna historicamente na forma de pensar a política educacional para os trabalhadores do*

---

<sup>11</sup> As seguintes entidades participaram do encontro MST – MPA – MAB – CPT – PJR – MLT – CONTAG – CEFFAS – RESAB – MOC – Fórum Paraense de EdoC – Fórum Catarinense de EdoC – FBES – SERTA – ASSESOAR – SINTEPE – AESA-CESA – IFGoiano – UFG – IFPA-Campus Rural Marabá – UFPA – IFRN – IFPB – UEA – UEFS – UEMG – UFMG – UFL – UERJ – UFC – UFFS – UFRRJ – UFRN – UFSC – UFPEL – UFV – UFVJM – UnB – UNEMAT – UNEB – UNIMONTES – UNIOESTE – UNIPLAC – UNIVILLE – UTFPB – UFPB – UFPE – UFRPE – UFRB – UFPI – UFT.

*campo em nosso país, do que das ações e dos sujeitos que historicamente constituíram a prática social identificada como Educação do Campo(...)Partimos do entendimento de que a forma assumida até aqui pelo Pronacampo não é arbitrária. Ela indica uma tendência: estamos entrando em um novo ciclo, que é de retorno da “educação rural” ao cenário brasileiro, devidamente atualizada pelas novas demandas de reprodução do capital no campo, e ironicamente chamada pelo nome que representa o pólo hoje subordinado (por isso nosso sentimento de conceito “invadido”), mas que também será considerado na reconfiguração da política: a própria educação rural não poderá ser a mesma depois da Educação do Campo. Este ciclo integra um circuito mais amplo, que se refere a uma nova fase do capitalismo brasileiro e as opções que estão sendo feitas em relação ao tipo de inserção do país na economia mundial e o lugar específico que o agronegócio passou a ter nessa estratégia” (FONEC, 2012)*

Na semana seguinte ao encontro do FONEC ocorreu o *Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo, das Águas e das Florestas*<sup>12</sup> (Brasília, 22 de agosto de 2012) que também alerta e dialoga com as preocupações do encontro. Em sua declaração os movimentos analisam que:

*“A primeira década do Século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de*

---

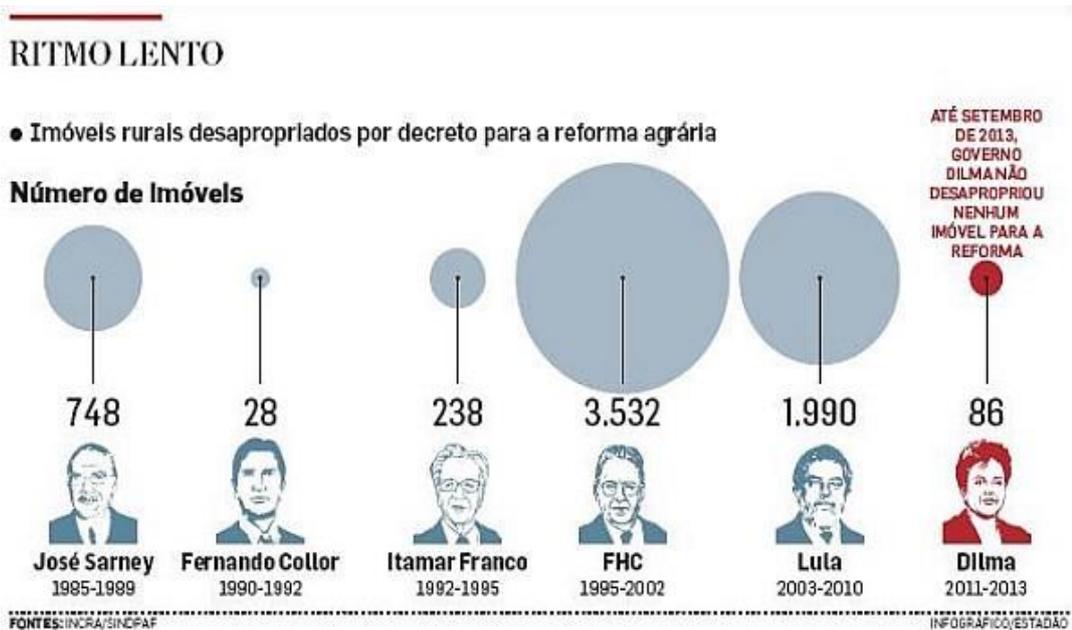
<sup>12</sup> Estiveram presentes as seguintes entidades: Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), Associação das Mulheres do Brasil (AMB), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Associação brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), CARITAS Brasileira, Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Pesca (CPP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), FASE, Greenpeace, INESC, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Oxfam Brasil, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Plataforma Dhesca, Rede Cefas, Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF), SINPRO DF, Terra de Direitos, Unicafes, VIA CAMPESINA BRASIL.

*expansão primária para o setor externo nos últimos doze anos, sob a denominação de agronegócio, que se configura como nosso inimigo comum. Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de commodities de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadora – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des)reguladora da terra. O projeto capitalista em curso no Brasil persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo super-exploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira. Esta super-exploração, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio. Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas conseqüências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental”.*

### **A reforma agrária no Governo Dilma**

O Infográfico produzido pelo Estadão, tendo como base os dados do INCRA, mostra o retrocesso da questão agrária no Governo Dilma. Não só no que tange a distribuição de terras mas, também, na demarcação das terras indígenas e nas políticas de qualificação dos assentamentos que retrocederão neste período.

As negociações com os movimentos, quando existiram, foram tensas e os sujeitos ligados ao agronegócio ganham espaço cada vez maior no governo.



**Figura 3: Quadro comparativo de desapropriações por governo**

### **Eleições 2014 e projetos em disputa**

Em entrevista a BBC Brasil<sup>13</sup> notícias o ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues afirmou que "*estávamos habituados a ir atrás dos candidatos à Presidência para levar nossos pedidos, mas pela primeira vez eles é que estão nos procurando*". Os três principais candidatos - Dilma Rousseff (PT)<sup>14</sup>, Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) - têm se reunido com representantes do segmento, que terá grande importância em caso de crise econômica<sup>15</sup> e controlam muitos votos nas pequenas e médias cidades no Brasil<sup>16</sup>, e receberam cobranças de mais investimentos no setor e solução na demarcação de terras indígenas.

Segundo CASTILHO (2012) algumas das maiores doações nas eleições de 2010 foram do agronegócio e só uma empresa (JBS) aportou cerca de 35 milhões aos candidatos com maior peso eleitoral<sup>1</sup>. A Cosan, a Cutrale, a Copersucar bem como

<sup>13</sup> [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140910\\_eleicoes2014\\_agronegocio\\_salasocial\\_jf](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140910_eleicoes2014_agronegocio_salasocial_jf)

<sup>14</sup> Dilma tem como **principal aliada** no ramo a presidente licenciada da CNA Kátia Abreu (PMDB-TO), que, segundo especulações da imprensa e de políticos ligados a presidente, estaria cotada para assumir o Ministério da Agricultura em caso de reeleição.

<sup>15</sup> Segundo a CNA, o setor representa 23% do Produto Interno Bruto e foi responsável por mais de 40% das exportações do país em 2013.

<sup>16</sup> Segundo o DIAP a bancada ruralista, oficialmente intitulada de *Frente Parlamentar da Agropecuária*, é a mais forte com 23% dos deputados e 16% dos senadores.

empresas que possui grande influência no setor como a construtora Queiroz Galvão, que possui várias fazendas de eucalipto no Maranhão e a fabricante de bebidas Ambev.

A Presidente Dilma, candidata com maior volume de doações do agronegócio, em maio deste ano lançou o Plano Agrícola e Pecuário 2014/15, com um aumento de 14,7% em relação à temporada anterior, totalizando R\$ 156,1 bilhões. Segundo a candidata: "*Na safra anterior à chegada do presidente Lula, tínhamos colhido 96,8 milhões de toneladas de grãos (...). Na safra que estamos encerrando, nós iremos colher 191,2 milhões de toneladas de grãos*". Ainda segundo o ministro Neri Geller "*Os recursos, nos últimos 12 anos, passaram de R\$ 20 bilhões para R\$ 136 bilhões, isso está acontecendo de forma gradativa*". No último ano do governo Fernando Henrique os recursos foram na ordem de R\$ 15,7 bilhões<sup>17</sup>. Este estado de coisas leva a lembrar Arroyo:

*"(...) enquanto os movimentos sociais e os trabalhadores se confrontam com a burguesia agrária, com o agronegócio exportador e com o estado que privilegia esse projeto e secundariza a reforma agrária, as análises de políticas de educação e as pesquisas"* (Arroyo, 2012, pág. 84)

Diante deste contexto o mais provável é que o futuro próximo parece apontar para uma reconcentração de terras e o abandono da educação do campo.

---

<sup>17</sup> <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/05/19/de-olho-no-voto-do-agronegocio-dilma-lanca-plano-de-r-1561-bilhoes.htm>

## CONCLUSÃO

O debate sobre a educação do campo e sobre a questão agrária é permeado por interesses distintos que traçam projetos distintos que cotidianamente concorrem na sua implementação. Por um lado um projeto de reforma agrária vinculado a um projeto pautado para a emancipação dos sujeitos, do outro o projeto do agronegócio. O projeto da reforma agrária, preme de possibilidades de outro mundo possível, e o agronegócio reforçador da subordinação do homem e da mulher do campo ao grande capital que cada vez mais se entranha no campo brasileiro. Logo, cada projeto de mundo com seu projeto específico de educação.

Até o momento o agronegócio tem levado vantagem nesta disputa. Os projetos ligados ao projeto camponês têm perdido espaço e os projetos que possuem os valores do capital avançam. Neste momento de eleições vemos sinais de que este processo pode ser ainda mais aprofundado a partir do próximo ano. Vence portanto a permanência da “escolinha rural” desprestigiada e desconectada da vida dos homens e mulheres do campo ou, ainda pior, do fechamento das escolas e transferência dos discentes para fora do campo, onde perderão sua identidade e terão reforçada a ideologia do capital o que permitirá a supressão das mudanças.

Este momento de refluxo da educação do campo e retorno parcial da educação rural, portanto, é parte de um refluxo da pauta da reforma agrária no Brasil. Para transformar a educação é necessária a transformação da lógica que privilegia as grandes propriedades e os desertos verdes que avançam no país. Os projetos de sociedade em disputa ditarão que educação terão os camponeses e camponesas do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel G.. **Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo.** Revista trabalho e educação: Belo Horizonte, v.21, n3, set-dez: 2012

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 56).

BENJAMIM, Cesar; CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo.** Brasília: Articulação Nacional “por uma educação do campo”. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 03)

BOF, Alvana Maria (Org.); Carlos Eduardo Moreno Sampaio, et al. **A educação no Brasil rural** disponível em [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B9D3260AB-4731-47E4-B8F8-20F669F3172F%7D\\_miolo\\_1\\_educacao\\_brasil\\_rural.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B9D3260AB-4731-47E4-B8F8-20F669F3172F%7D_miolo_1_educacao_brasil_rural.pdf) em 01 de março de 2010.

Bonetti, Aline & Fleischer, Soraya (org). **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura.** Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2007

CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (orgs). **Como se formam os sujeitos do campo.** Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTILHO, Alceu Luís. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2012, 238p.

DIEESE; NEAD; MDA. **Estatísticas do meio rural 2010-2011.** 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

FERNANDES, B.M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. *Por uma educação do campo.* Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, (Coleção Questões da nossa época; v.5) 1994.

INEP/MEC. **Panorama da Educação do campo**. Brasília, 2007. Disponível em [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B083E122B-1D74-4137-B057-4A50A55535C0%7D\\_Miolo\\_PANORAMA\\_DA\\_EDUCACAO\\_DO\\_CAMPO.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B083E122B-1D74-4137-B057-4A50A55535C0%7D_Miolo_PANORAMA_DA_EDUCACAO_DO_CAMPO.pdf) em 01 de março de 2010

INEP/MEC. **Sinopse estatística da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma agrária - PNERA/2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BEA5C4F7B-87C7-4973-B3E9-CE224E2B2060%7D\\_MIOLO\\_PNERA\\_2004.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BEA5C4F7B-87C7-4973-B3E9-CE224E2B2060%7D_MIOLO_PNERA_2004.pdf).

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette (orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 06).

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, irmão; CALDART, Roseli Salette (orgs.). **A educação básica e o movimento social do campo**. Por uma educação do campo (memória). Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 01)

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999(Coleção Questões da Nossa Época.70).

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: editora Alinea, 2011.

MACHADO, Carmem Lucia Bezerra; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; PALUDO, Conceição. **Teoria e prática da educação do campo: análises de experiência**. Brasília: NEAD/MDA, 2008.

MEC. Revista Em Aberto Número 09 volume 01 set/ 1982 [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B2117ABC5-8A35-4700-B567-712FE4556E10%7D\\_ano\\_1\\_nº\\_09\\_set.\\_1982.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B2117ABC5-8A35-4700-B567-712FE4556E10%7D_ano_1_nº_09_set._1982.pdf) disponível em 01 de março de 2010.

MEC/INEP. **Panorama da educação do campo**, 2007.

MOLINA, Mônica; JESUS, Sônia Meire Santos de (ORG.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**.

Brasília: articulação Nacional “por uma educação do campo”. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 05)

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

PRONERA/INCRA. **Manual Operacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília: PRONERA/INCRA, 2004 Disponível em [http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetos\\_programas/0127102302.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/0127102302.pdf) em 01 de março de 2010.

SANTOS, Clarice Aparecida. **Educação do campo: campo- políticas públicas- educação**. Brasília: INCRA;MDA, 2008. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 07)

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 2001.

## ANEXO 01

### Marcos Regulatórios da Educação do Campo

Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional - 9394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Resolução CNE/CEB nº 01, de 03/04/2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Resolução nº 614/2004 de 17/02/2004 – Autoriza a implantação da Escola Itinerante nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que terá como mantenedor o Governo do estado do Paraná.

Resolução nº 1660/04 de 04/05/04 - Autoriza o funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, no Colégio Estadual Iraci Salete Strozak - Ensino Fundamental e Médio, localizado no Assentamento Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguçu.

Resolução CNE/CEB nº 02, de 28/04/2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Resolução CD/FNDE nº 21 de 26/05/2008 - Estabelece os critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra aos Estados no exercício de 2008.

Resolução CD/FNDE nº 45 de 14/08/2009 - Estabelece os critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra aos Estados.

Parecer CEE/CEB nº 436/09 de 08/10/2009 - Implantação do ProJovem Campo - Saberes da Terra: Ensino Fundamental (Fase II) integrado à Qualificação Profissional - Arco Ocupacional: Produção Rural Familiar e o credenciamento de escolas certificadoras.

Instrução Conjunta nº 001/2010 – SEED/SUED/SUDE - Orientação sobre estratégias para elaboração e implementação de um plano de trabalho integrado voltado a Educação do Campo.

Instrução nº 002/2010 - SUEDE/SEED- Orientação sobre a formação do professor para atuar nas Áreas de Conhecimento nas Casas Familiares Rurais.

Instrução nº 007/2010 - SUED/SEED - Instrui quanto à concepção de Projeto Político Pedagógico.

Instrução nº 019/2010 – SUED/SEED - Instrui a implementação da Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas será desenvolvida pelo Departamento da Diversidade, através da Coordenação de Educação do Campo, articulado ao Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.

Instrução nº 022/2010 – SUED/SEED -Orientação sobre a formação do/a professor/a para atuar nas Áreas de Conhecimento nas Escolas das Ilhas.

Instrução nº 024/2010 – SEED/SUED - implementação da Proposta Pedagógica do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra será acompanhada pelo Departamento da Diversidade e pelo Departamento da Educação e Trabalho, através da Coordenação de Educação do Campo, articulado aos Núcleos Regionais de Educação.

Instrução nº 025 /2010 – SEED/SUED - Proposta Pedagógica nas escolas itinerantes.

Instrução nº 026/2010 – SUED/SEED - Orientação sobre a habilitação do/a professor/a e dos/as técnicos/as para atuar nas Áreas de Conhecimento e Qualificação Social e Profissional do Programa Projovem Campo Saberes da Terra.

Instrução nº 027/2010 – SUED/SEED – Orientação sobre a habilitação do/a professor/a para atuar nas Áreas de Conhecimento na Escola Base Colégio Estadual Iraci Salete Strozak e Escolas Itinerantes a ele jurisdicionadas.

Orientação nº 003/2010 - DEDI - Procedimentos para encaminhar a recuperação de conteúdos do 1 semestre do ProJovem Campo - Saberes da Terra.

Orientação nº 004/2010 - DEDI - Procedimentos para registrar a forma de avaliação das turmas do ProJovem Campo - Saberes da Terra.

Parecer CEE/CEB N.º 117/10 de 11/02/10 - Pedido de implantação de Proposta Pedagógica do Ciclo de Formação Humana para o Ensino Fundamental e Médio, com acompanhamento de classes intermediárias na Escola Base das Escolas Itinerantes.

Parecer CEE/CEB nº 292/10 de 04/04/2010 – Pedido de alteração do Parecer CEE/CEB n.º 436/09 com o credenciamento de 16 (dezesseis) estabelecimentos de ensino e com o cancelamento de 49 (quarenta e nove), para Projovem Campo – Saberes da Terra.

Parecer CEE/CEB nº 743/2010 de 04/08/2010 - Implantação do ciclo de formação humana para o ensino Médio e Fundamental.

Resolução nº 3922/10 de 13/09/10 - Autoriza a implantação da Proposta Pedagógica do Ciclo de Formação Humana para o Ensino Fundamental e Médio, com acompanhamento de Classes Intermediárias, no Colégio Estadual Iraci Salete Strozak -

Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Normal, escola Base das Escolas Itinerantes.

Resolução nº 3922/10 de 13/09/10 - Autoriza a implantação da Proposta Pedagógica do Ciclo de Formação Humana para o Ensino Fundamental e Médio, com acompanhamento de Classes Intermediárias, no Colégio Estadual Iraci Salete Strozak - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Normal, escola Base das Escolas Itinerantes.

Parecer CEE/CEB nº 1011/2010 de 06/10/2010 - Institui a Educação do Campo como Política Pública.

Resolução nº 4783/2010 - GS/SEED - Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional.

Resolução nº 5590/2010 - Regulamenta a distribuição de aulas nos Estabelecimentos Estaduais de Ensino.

Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 -Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Resolução CD/FNDE nº 01 de 07/01/2011 - Altera dispositivos na Resolução CD/FNDE nº 45, de 14 de agosto de 2009, para modificar procedimentos e adequar os repasses de recursos financeiros aos Estados no âmbito do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra aos Estados.

Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.